Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 3453/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/523/2017
PROTOCOLO	: 1778475
ÓRGÃO	: PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS (NAVIRAÍPREV)
RESPONSÁVEL	: MOISÉS BENTO DA SILVA JÚNIOR
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
INTERESSADA	: FÁTIMA APARECIDA DOS SANTOS
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, à servidora Fátima Aparecida dos Santos, ocupante do cargo de agente de combate a endemias, Matrícula n. 2.370/1, pertencente ao quadro permanente do Município de Naviraí-MS, lotada na Gerência Municipal de Saúde, constando como responsável o Sr. Moisés Bento da Silva Júnior, diretor-presidente do Naviraíprev.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA-DFAPGP-844/2019, manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR-3ªPRC-5420/2019, opinando favoravelmente pelo registro do ato da concessão em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, Título 2, Item 2.1, Subitem 2.1.1, da Resolução TC/MS n. 54, de 14.12.2016, vigente à época.

A aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 5/2017-NAVIRAÍPREV, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul

n. 1.779, de 2 de fevereiro de 2017, retificada e republicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul n. 2.243, em 10 de dezembro de 2018, com fundamento no art. art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal/88 c/c o art. 33, § 3º, da Lei Municipal 1.629/12.

Importante ressaltar que a republicação ocorreu para excluir a Emenda Constitucional n. 70/2012 da fundamentação legal da aposentadoria, por não ser aplicável ao caso concreto.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria por invalidez atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPGP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão da aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, à servidora Fátima Aparecida dos Santos, ocupante do cargo de agente de combate a endemias, Matrícula n. 2.370/1, pertencente ao quadro permanente do Município de Naviraí-MS, lotada na Gerência Municipal de Saúde, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 26 de março de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

lmrb